

PROPOSTA DE INCLUSÃO DA COMUNIDADE SANTA CLARA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Maria Giovanna Guedes Farias

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Brasil

Isa Maria Freire

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Brasil

RESUMO

Apresenta proposta de trabalho de pesquisa, em desenvolvimento no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba, que objetiva intervir no processo de exclusão informacional vivido pela Comunidade Santa Clara em João Pessoa, Paraíba. Essa intervenção se dará por meio de pesquisa de campo para registro, organização e divulgação das “[...] fontes de informação” constituídas por pessoas da referida Comunidade. Para isso, será produzido um *site* virtual em que será depositado, para acesso livre na Internet, o *tesouro de conhecimentos* das pessoas depositárias da memória social e do saber da Comunidade Santa Clara, que ficará disponível para as próximas gerações, fato que pode facilitar a produção de novos conhecimentos por outros atores sociais.

Palavras-Chave: Inclusão Social; Responsabilidade Social; Sociedade da Informação; Inclusão Digital.

INTRODUÇÃO

A informação pode assumir o *status* de mercadoria e se tornar um importante insumo para o desenvolvimento econômico e social nas sociedades contemporâneas, mas se a informação é relevante para a produção na Sociedade da Informação, ela pode vir também a ser um fator excludente, intensificando a desigualdade entre classes e aprofundar ainda mais a distância social. Para Bourdieu (1996), o espaço social é constituído de tal modo que os agentes ou grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas

de acordo com os dois princípios de diferenciação que em sociedades mais desenvolvidas, como os Estados Unidos, o Japão ou a França, são, sem dúvida, os mais eficientes – o capital econômico e o capital cultural.

No sentido de diminuir essa distância social a Ciência da Informação (CI), como ressaltam Wersig e Neveling (1975), reconhece como seu principal fundamento a responsabilidade social de transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam. É a partir desse conceito que propomos o trabalho de inclusão da Comunidade Santa Clara – uma comunidade popular urbana localizada na cidade de João Pessoa –, na Sociedade da Informação, a qual tem como característica mais representativa a produção e disseminação de tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Criar, de forma participativa, um *site* virtual para dar visibilidade a Comunidade Santa Clara e possibilitar às futuras gerações acesso ao *tesouro de conhecimentos* das pessoas depositárias da memória social e do saber daquela localidade, é nosso objetivo com a presente proposta, em desenvolvimento no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

2 ASPECTOS PÓS-MODERNOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

As discussões ocorridas no Século XXI entre alguns historiadores e pensadores, em torno da vigência e predominância da ciência moderna ou do surgimento da ciência pós-moderna tem resultado em muitas produções científicas, o que proporciona para alguns pesquisadores momentos de reflexão e estímulo à pesquisa, até mesmo através de comparações entre essas duas vertentes. Na nossa pesquisa vamos seguir os passos da ciência pós-moderna, que valoriza o saber proveniente do senso comum, já que nosso objeto de estudo provém do conhecimento das fontes de informação de uma comunidade popular urbana.

Mesmo ao comungar com fatos, teorias e métodos da ciência pós-moderna vamos percorrer, por meio do olhar de Boaventura Santos (1988), sobre a principal diferença entre estes dois “paradigmas”. A ciência moderna construiu-se contra o senso comum, ao rotulá-lo de superficial, ilusório e falso. Nela o conhecimento

avança pela especialização e é tanto mais rigoroso quanto mais restrito for o objeto sobre o qual incide. Segundo Santos (1988), nisso reside, aliás, o que reconhecemos hoje como o dilema básico da ciência moderna: um rigor aumentado na proporção direta da arbitrariedade com que fragmenta o real.

Já a ciência pós-moderna procura, de acordo com Santos (1988), reabilitar o senso comum, por reconhecer nessa forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. Ela não segue, nas palavras do autor, um estilo unidimensional facilmente identificável: o seu estilo é uma configuração de estilos construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista.

A ciência pós-moderna, ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida. É esta que assinala os marcos da prudência à nossa aventura científica (SANTOS, 1988, p.70-71).

A ciência pós-moderna procura estabelecer um diálogo com outras formas de conhecimento e deixa-se penetrar por elas. Essa característica que foi reconhecida por Boaventura Santos (1988) também é aceita, conforme Biehl (2005), por Gernot Wersig em relação à Ciência da Informação, que entende a CI antes de tudo como uma ciência pós-moderna. Na leitura feita por Biehl (2005) da visão de Wersig, em relação a CI, esse autor atribui grande importância à preservação do aspecto científico, ou seja, os argumentos têm de ser logicamente compreensíveis, os resultados devem ser intersubjetivos e devem servir como base para estudos (pesquisas) empíricos.

Para Wersig, o aspecto pós-moderno está fundamentado no conceito de que a Ciência da Informação representa uma matéria (especialidade), que não pode ser classificada entre outras matérias. Pelo contrário, a CI perpassa outras disciplinas e contém partes delas e as influencia por meio dos seus objetos de estudo e de conhecimento. É assim que a Ciência da Informação, fundamentalmente, se diferencia das denominadas ciências modernas, que se originaram, na maior parte, por meio da fragmentação de outras disciplinas (BIEHL, 2005, p.4).

Na perspectiva do autor, a partir do olhar de Wersig, a Ciência da Informação, como matéria pós-moderna, tenta ir de encontro à tendência da *Spezialistentum*ⁱⁱ para cada vez mais cumprir a função social da ciência.

Concordamos com esse papel da CI, principalmente, por acreditarmos na informação enquanto um fenômeno social que pode ajudar-nos no contato com nossos semelhantes e a trazer os excluídos para dentro da chamada Sociedade da Informação ao promover o desenvolvimento do indivíduo e de seu grupo.

Em uma época tão interligada vemos as distâncias diminuídas pela tecnologia, mas ao analisarmos uma comunidade como a Santa Clara percebemos que as distâncias e as diferenças locais são profundas. Mundos mais distantes parecem estar conectados, mas grupos que estão, talvez, há alguns metros de nossas casas podem estar fora de todo o processo informacional. Nesse contexto, entendemos que a Ciência, atualmente denominada de “Big Science”, tem um papel de fundamental importância para tentar mudar esse quadro. Acreditamos que ela “[...] também tem de confiar na aceitação pública por que tem que se tornar uma instituição social, em sua operação, e não apenas na área de comunicação”, como destaca Joskett (1980, p.19):

[...] a ciência, como “conhecimento público”, deve ser a descrição de uma realidade que existe fora de nós, pois se os filósofos idealistas estivessem certos e não houvesse tal realidade, não poderia haver a possibilidade de se tentar comunicar noção que temos dela para os outros. Nós só podemos comunicar nosso próprio conhecimento, é certo, mas esperamos que, pela troca de conhecimento com outros, possamos chegar continuamente a quadros mais nítidos da verdade sobre o mundo. Pela publicação tornamos possível o processo de resultados que podem ser conferidos, bem como correções de erros. Nossa concepção da realidade, portanto, não fica apenas naquilo que criamos.

A função social da Ciência da Informação, reconhecida por Wersig e apontada por Biehl (2005), está diretamente ligada ao que Joskett (1980) trata ao falar de Ciência, pois ao pretender interagir diretamente com a sociedade, ao beber do conhecimento proveniente do senso comum, ela não precisaria esquecer o conhecimento científico, a pesquisa, métodos, teorias, enfim, os seus traços característicos, pelo contrário, como ressalta Brookes (1980), qualquer atividade social torna-se uma ciência se ela tem teoria e prática, ela se inicia com racionalizações do senso comum de fenômenos facilmente observáveis que atraem o interesse. Gradualmente e com persistência, ela forma estruturas de teorias, que por meio de discussões, conseguem um grau de consenso entre aqueles que contribuem com a discussão. A estrutura teórica de uma ciência nunca está

completa ou fechada, cada aspecto está sempre aberto, e oferece novos problemas (BROOKES, 1980, p.125). E para nós, poderíamos dizer que, oferecem também novas soluções.

Após trazer a Ciência da Informação para o contexto da ciência pós-moderna dentro do nosso projeto de pesquisa, sentimos a necessidade de nos ocuparmos em mostrar por meio de alguns olhares, como a CI surgiu, evoluiu, qual o seu objeto de estudo e como ele atua.

3 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA CI

Antes de adentrarmos nos fatos e datas do surgimento da Ciência da Informação, é preciso considerar que antes da invenção das tecnologias impressas, o conhecimento era, de certa modo, pessoal e organizado na forma oral tradicional. Nessa dimensão, Wersig (1993) observa que, embora a invenção dos sistemas de conhecimento escrito pudessem ser armazenados a qualquer momento, sua disseminação dependia em parte da capacidade das pessoas lerem e transferirem o conhecimento oralmente para outra pessoa. Para Wersig (2003), a maior invenção de Gutenberg não foi a impressão, mas uma tecnologia que permitiu a mais pessoas escreverem seus conhecimentos individuais e apresentá-los para outras.

Nesse sentido, Freire (2006) observa a criação da tecnologia de impressão como evento relevante no desenvolvimento das forças produtivas na sociedade, ao facilitar a circulação da mesma informação com um alcance sem precedentes. “Inicia-se, então, um processo de comunicação científica, na medida em que a produção de conhecimentos gera, por sua vez, a necessidade de novos conhecimentos” (FREIRE, 2006, p.8). Nesse período, iniciaram-se as bases da nossa sociedade atual, que começou a ser construída quando as associações científicas foram criadas e os primeiros periódicos científicos foram publicados, dando início à formalização do processo de comunicação científica. Como efeito natural desse processo veio o crescimento da produção científica e a multiplicação dos periódicos científicos.

Considera-se, com base nas reflexões de Freire (2006), que o registro oficial da denominação Ciência da Informação data do início da Década de 1960, a partir de eventos promovidos pelo *Georgia Institute of Technology*, nos Estados Unidos.

É Foskett quem nos lembra, entretanto, que as atividades ligadas à produção e gerenciamento da informação científica e tecnológica já tinham uma longa tradição na antiga União Soviética e nos países da Europa Central, onde centros nacionais de informação, como o VINITI, serviram de modelo (inclusive para os EUA) na organização da informação. Lembra também que, em 1967, o diretor do VINITI, professor Mikhailov, havia circulado um memorando entre pesquisadores e trabalhadores da informação com vistas à produção de um documento que trataria de pesquisa teórica sobre informação e seria apresentado na Conferência da FID programada para realizar-se em 1968 em Moscou, mas que não veio a acontecer. Inaugurando a série de publicações do Comitê de Estudos FID/Research Information, os trabalhos encaminhados à conferência foram reunidos e publicados pelo VINITI, em parceria com a FID, em 1969, no documento FID 435 (FREIRE, 2006, p.11).

Entretanto, Pinheiro e Loureiro (1995) esclarecem que na segunda metade da Década de 40, o *Cybernetics or control and communication in the animal and the machine*, de Wiener, e no ano seguinte, o *The mathematical theory of communication*, de Shannon e Weaver, já prenunciam o advento da Ciência da Informação. Todavia, os autores aclaram que, semelhante a algumas outras áreas científicas interdisciplinares, a CI possui as raízes embrionárias nesse período histórico, mas os primeiros conceitos e definições foram elaborados na Década de 60, em que se iniciou o debate sobre as origens e os fundamentos teóricos na nova área, período em que Pinheiro e Loureiro (1995) identificam marcos, na tentativa de melhor demarcá-la, assim como de estabelecer relações interdisciplinares com outros campos do conhecimento de vislumbrar qual a atuação dos também novos profissionais. Esses autores, ainda, trazem alguns dados para fortalecer as colocações anteriores. Eles mencionam, em seu artigo, que Heilprin acredita na criação do termo Ciência da Informação em torno de 1960, a partir de o estudo da produção, processamento e uso da informação como atividade predominantemente humana.

Destarte, por meio das reflexões de Burke (2007) podemos dar um salto a partir da CI para as décadas mais atuais, em que constatamos fatos comprobatórios sobre o crescimento da área com centenas de trabalhos históricos publicados na

última década (1994-2004). Na visão do mesmo autor, vários eventos sinalizaram os meados da Década de 90 como uma época de marcos para o estudo histórico do conjunto diversificado de atividades e de instituições nos Estados Unidos e da Europa. Os grandes eventos nos primeiros cinco anos 1990 foram: o aparecimento de questões históricas especiais *Journal of Documentation*, *Informations Processing & Management*, *Journal of American Society for Information Science* (JASIS), o *Documentaliste* e, em seguida, a publicação de um volume de artigos históricos pela *American Society for Information Science*, *Historical Studies in Information Science* Rauzier (1993), Vickery (1994), Rayward (1996) e Hahn e Buckland (1998).

Consideramos o significado de “Ciência da Informação” conceituado por Borko (1968) como pertinente de ser destacado. Para o autor, a Ciência da Informação é vista como uma disciplina investigadora das propriedades e o comportamento da informação, as forças governantes de seu fluxo, e os meios de processá-la, de aceitabilidade e usabilidade, que se relaciona com a criação, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transformação, e utilização da informação.

É uma ciência interdisciplinar relacionada nos campos da matemática, lógica, lingüística, psicologia, tecnologia de computadores, pesquisa de operações, as artes gráficas, comunicações, ciência da biblioteconomia, gerência, e outros campos semelhantes. Tem tanto um componente de ciência pura, que investiga e se submete à sua aplicação, como um componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos (BORKO, 1968, p.3).

A Ciência da Informação é também um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento dessas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais (SARACEVIC, 1990 *apud* SARACEVIC, 1996, p.47). A Ciência da Informação é, na visão deste autor, juntamente com outras disciplinas, uma participante ativa e deliberada na evolução da Sociedade da Informação, pois ela teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia. É nesse sentido que nos propomos desenvolver a pesquisa na Comunidade Santa

Clara, de modo a contribuir para que o conhecimento dos moradores não seja extinto junto com seu ciclo de vida, sem registro que possibilite a permanência na memória da localidade, como informação para familiares, amigos e, mesmo, para toda a sociedade.

4 UMA QUESTÃO RELEVANTE: INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

Na Sociedade da Informação, o homem utiliza as tecnologias para apropriar-se da informação, e essa passa a ser à base de todas as transformações, tanto no seu modo de vida como na sociedade da qual faz parte. Essa sociedade parece trazer em sua essência, além de informação, os ideários de novos tempos, com políticas econômicas e sociais igualitárias, e o direito de acesso à informação garantido a todos sem distinção. Contrário a esse pensamento cresce igualmente, na mesma proporção, um abismo social, com discrepâncias ainda maiores entre as nações, e dentro delas, entre os povos de diferentes classes sociais (IANNI, 1999 *apud* NASCIMENTO, 2009).

Há diversos conceitos de informação contextualizamos teoricamente na pesquisa com base nos conceitos de Barreto (1996) e Araújo (1999), uma vez que os moradores da Comunidade Santa Clara serão apresentados como “agentes de informação”. A informação constitui-se para Barreto (1996) como estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo ou na sociedade.

As estruturas às quais Barreto (1994) se refere são armazenadas em estoques de informação, necessitadas de ação de comunicação consentida, na medida em que apenas reúnem, selecionam, codificam, reduzem e classificam informação que pode, ou não, se transformar em conhecimento. Como explica o autor, “[...] quando adequadamente assimilada, [a informação] produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que ele vive (BARRETO, 1994, p.3).

A informação, para Beer (2005), não é um objeto, conteúdo simplesmente calculado por alguém, como muitos afirmam. Ela não pode ser limitada a um lugar.

Estabelece ligações e se mantém entre os meios de comunicação e das disciplinas. Já para Araújo (1994 *apud* FREIRE, 2001, p.106), a informação é

[...] a mais poderosa força de transformação do homem [o] poder da informação, aliado aos modernos meios de comunicação de massa, capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e própria humanidade como um todo [...].

Essa “transformação” a que se refere Araújo (1994) é confirmada por Castells (1999, p.51) quando afirma que a “[...] nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo [...]”. Ainda segundo Castells (1999), a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede, que tem como aspectos importantes a serem considerados a “[...] promoção de uma cultura digital e a valorização da identidade local [...]” (GUERREIRO, 2006, p.175). Na visão de Rondelli (2003), há a possibilidade de processos formais e informais de acesso ao conhecimento e de aprendizagem se confundirem cada vez mais à medida que as mídias digitais se tornem tão natural quanto à eletricidade de nossas casas. E a inclusão digital significará a ampliação de uma inteligência coletiva em que produtores e consumidores de conhecimento interajam cada vez mais através delas e, com isso, a aprendizagem e o trabalho se transferem majoritariamente para o interior deste universo digital cujo dinamismo começamos a vislumbrar. Atualmente, independentemente da distância física, do idioma falado ou da organização da economia, muitas histórias podem ser reescritas com a ajuda das tecnologias digitais disponíveis para uso na *web*.

5 RESPONSABILIDADE SOCIAL DO CIENTISTA DA INFORMAÇÃO

O trabalho em torno do objeto de estudo nesse projeto é orientado pela responsabilidade social dos profissionais da informação na sociedade contemporânea, que atuam para contribuir para ampliar a teia mundial da informação, para diminuir a “info-exclusão” e aumentar as possibilidades de livre acesso aos estoques constituídos por informação pública e difusão das tecnologias digitais (e intelectuais) de informação e comunicação (FREIRE, 2001). Para Wersig e Neveling (1975), a área de atividade da Ciência da Informação emergente se

define a partir da responsabilidade de facilitar a comunicação de mensagens entre um emissor e um receptor humanos, o que significa dizer que seu objeto de estudo deve pertencer ao universo dos fenômenos da comunicação social, em particular à comunicação de informações com o propósito de promover alterações nas “estruturas de conhecimento” de um receptor de mensagens. O receptor nesse caso é o objeto de estudo, a Comunidade Santa Clara futura beneficiária da Ciência da Informação em um trabalho em conjunto com a comunicação da informação.

Conforme explica Freire (2001), o papel do profissional da Ciência da Informação frente a comunidades experimentadoras de diversas formas de exclusão – e em destaque aquelas privadas de várias modalidades de informação –, é disseminar a informação ao delinear um caminho para a inclusão na Sociedade da Informação. Se, como diz Castells (1999), a sociedade está hoje cada vez mais articulada em rede, a informação tornou-se a própria urdidura do tecido social, político e econômico e, nesse contexto, o profissional da CI tem diante de si sua responsabilidade social, pois a aurora dos novos tempos globalizados criou situações éticas inevitáveis. Mas se a informação é relevante para a produção da sociedade contemporânea, também pode vir a ser mais um fator excludente, e cria para os cientistas da informação a necessidade de esclarecer a si próprios e aos outros, especialmente os excluídos, as consequências de tal exclusão.

Por essa razão o acesso à informação, como explica Quéau (2001, p.179), torna-se um fator-chave na luta contra a pobreza, a ignorância e a exclusão social,

[...] não se pode deixar apenas nas mãos das forças do mercado o cuidado de regular o acesso aos conteúdos das “autovias da informação”. Pois são esses conteúdos que vão tornar-se o desafio fundamental do desenvolvimento humano nos âmbitos da Sociedade da Informação. O ciberespaço deve permitir a todos o acesso às informações e aos conhecimentos necessários para a educação e para o desenvolvimento de todos os homens.

Se essas tecnologias não representem uma solução mágica para o complexo problema da desigualdade, sem dúvida “[...] constituem [atualmente] uma das condições fundamentais da integração na vida social” (SORJ, 2003, p.15). E, como ressalta Freire (2004), as ações de inclusão digital devem ser consideradas relevantes no conjunto de políticas públicas de inclusão social, pois a comunicação da informação representa não somente a circulação de mensagens que contêm

conhecimento com determinado valor para a produção de bens e serviços, mas, também, a objetivação das idéias de racionalização e eficiência dominantes na sociedade moderna. Isto, porque, tendo a informação adquirido extrema relevância para a produção social, sua organização e socialização têm, também, adquirido maior importância e valor social.

A idéia central do que acontece agora com a Ciência da Informação é colocada por Freire (2004) de forma a despertar todos os profissionais da área, ao dizer ser esse um momento histórico para cientistas e profissionais da informação trabalharem no sentido de pensar e desenvolver modos e meios para inclusão digital de populações social e economicamente carentes, *pari passu* com ações pela cidadania e inclusão social. Nesse contexto, nossa pesquisa poderá motivar novas pesquisas com essa temática e enfocando o cotidiano de outras comunidades. Nosso propósito é experimentar um formato de registro, de modo a transformar esses conhecimentos em informação disponível no espaço virtual, de forma que as futuras gerações vão poder ter acesso ao conhecimento que essas pessoas/fontes produziram e facilitar a produção de novos conhecimentos por outros atores sociais.

6 CAMPO DE PESQUISA

A comunidade popular urbana Santa Clara é o espaço geográfico, econômico, social, político e cultural escolhida como campo de pesquisa – o nosso quadro de referência empírico. Nele habitam as pessoas que guardam o tesouro de conhecimentos da Comunidade, suas fontes de informação mais valiosas, a serem registradas na perspectiva da informação.

Santa Clara está localizada nas proximidades da Universidade Federal da Paraíba e sofre de várias formas de exclusão. A comunidade está localizada na zona sul da Cidade de João Pessoa, às margens da Rodovia BR-230, entre os Conjuntos Residenciais Castelo Branco I e II e o Rio Jaguaribe. A Comunidade Santa Clara nasceu antes da construção do conjunto Castelo Branco I, em 1967. Por se tratar de área de encostas, com barreiras e trechos de córregos, era considerado um lugar impróprio para moradia, sendo assim, ocupado por moradores das granjas vizinhas com plantações de subsistência e, também, criações domésticas. Essa área

era conhecida como “Paul Molhado” e “Beira Molhada”. Formada em uma área de grande depressão e de difícil acesso, a comunidade não oferece uma boa estrutura física aos que lá residem (NASCIMENTO, 2009, p.69)ⁱⁱⁱ. Para ter acesso à Comunidade há duas opções formadas por ladeiras sem degraus ou qualquer tipo de apoio, constituindo um perigo para os moradores, principalmente para idosos e crianças. De acordo com a diretoria da Associação de Moradores, atualmente há na Comunidade Santa Clara aproximadamente quatrocentos mil e oitocentos habitantes residentes.

No espaço físico da Comunidade há uma capela, praça, uma mercearia, um prédio que abriga a associação de moradores e ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Faltam escolas, posto policial, posto médico, biblioteca, circulação de transportes coletivos para a locomoção dos moradores até seu local de trabalho. Para suprir a necessidade desses serviços, os moradores procuram os bairros Castelo Branco I, II e III, e também utilizam as bibliotecas e área de esporte da Universidade Federal da Paraíba.

Nos grandes centros urbanos vimos surgir a comunidade popular urbana também denominada favela, formada em grande parte por migrações das áreas rurais, de sujeitos desenraizados do campo que se apropriam de espaços para habitar. Segundo Pereira (1978, p.18) “[...] as invasões de terra para habitar revelam a presença de atitudes e aspirações novas entre os setores desprivilegiados da população”. Ao refletir a realidade da Comunidade Santa Clara, que teve crescimento desordenado com uma população formada por pessoas provenientes de cidades do interior da Paraíba e de estados vizinhos, fica claro para nós que, o que autor chama de aspirações é a necessidade que o sujeito tem de ser novamente incluído no processo produtivo.

7 IDENTIFICAÇÃO DA REDE SOCIAL

Durante a pesquisa de campo na Comunidade, além da busca pelas pessoas “fontes de informação”, será identificada a rede social da Santa Clara, isso ajudará na descoberta de como os atores componentes dessa rede, recebem e disseminam a informação e de que forma há interação no meio social, pois as “[...]”

redes sociais referem-se a um conjunto de pessoas (ou organizações ou outras entidades sociais) conectadas por relacionamentos sociais, motivados pela amizade e por relações de trabalho ou compartilhamento de informações e, por meio dessas ligações, vão construindo e reconstruindo a estrutura social” (MARTELETO, 2006, p.75).

A noção de *redes/redes sociais* nasce, de acordo com Acioli (2007), na Antropologia Social. A primeira aproximação remeta à Claude Lévi-Strauss em sua análise etnográfica das estruturas elementares de parentesco (Década de 40). Em 1940, Radcliffe-Brown usa o termo "redes". Barnes (1972) preocupava-se com a heterogeneidade dos usos da noção de redes, ao alertar que a idéia de "redes" pudesse tornar-se mais uma palavra da moda, sem definição clara, nem uso específico. Mitchell (1969) e Barnes (1972) referem-se à necessidade de distinguir o uso metafórico do analítico no que se refere às redes. A idéia permeável da metáfora de redes é, segundo Barnes (1972), a de indivíduos em sociedade, ligados por laços sociais, os quais podem ser reforçados ou entrarem em conflito entre si. A expressão rede social total cunhada por Radcliffe-Brown na Década de 50, pretende caracterizar a estrutura social enquanto uma rede de relações institucionalmente controladas ou definidas. Para Barnes (1972), teria sido Elizabeth Bott (1971) uma das primeiras antropólogas a usar a idéia de rede enquanto uma ferramenta de análise dos relacionamentos entre pessoas, seus elos pessoais e entre as organizações do contexto em que se inserem (ACIOLI, 2007, p.3).

As redes humanas têm uma ordem e leis diferentes daquelas planejadas e desejadas pelos indivíduos que a compõem. Pelo fato de os seres humanos não estarem tão presos, como outros animais, às determinações biológicas, é que o entrelaçamento das suas atividades dá origem a essas leis e estruturas de um tipo especial. Por essa razão, as redes têm mecanismos automáticos de mudança e transformações históricas que independem da vontade dos seus componentes tomados isoladamente, mas estas não são caóticas, e sim sociais, como esclarecem Marteleto e Silva (2004).

No ambiente das redes, o compartilhamento de informação e de conhecimento entre as pessoas é constante, pois as pessoas frequentemente procuram compartilhar o que sabem:

[...] a disposição em compartilhar e o compartilhamento eficiente de informação entre os atores de uma rede, asseguram ganhos, porque cada participante melhora, valendo-se das informações às quais passa a ter acesso e que poderão reduzir as incertezas e promover o crescimento mútuo (MARTELETO, 2006, p.76).

Principalmente quando as informações passam a ser coletivas ao emergirem de práticas profissionais e sociais de atores que entram em interação na rede – uma interação que tem

[...] a capacidade de criar uma cultura própria que se vai desenvolvendo conforme a condução dos líderes que, no caso do consórcio estudado, promovem o compartilhamento da informação, podendo, como consequência, ocorrer à multiplicação da informação e isso incide nas práticas dos atores, transformando-as. Os atores que têm maior número de canais de informação e canais diversificados (provenientes de níveis de atuação e locais distintos) recebem informação de toda a rede. Quanto maior a quantidade de informação que recebem, maiores serão seus poderes de influência na rede, porém como detêm muitos canais de comunicação, aumentam também as possibilidades de serem influenciados (MARTELETO, 2006, p.89).

A autora ressalta, ainda, que a centralidade dos atores lhes confere poder; quanto maior o índice de centralidade maior a influência e importância de um ator na rede. Um ator influente pode interferir no compartilhamento da informação, direcionar seu fluxo, controlar as informações veiculadas, disseminando-as e, sobretudo, pode incentivar as ações que intensificam o compartilhamento, a discussão, a reflexão e a construção do conhecimento, que na opinião de Beer (2005) não pode mais ser entendido como algo fixo e acabado, pois o conhecimento é dinâmico, flexível, vivo e libertador, e capaz de abrir novas avenidas, perspectivas e futuros na vida das pessoas.

Nesse sentido, o discurso de Foucault (1986) nos ajuda a refletir, como profissionais da informação, sobre o papel crítico no âmbito da prática científica que gostaríamos de desempenhar na pesquisa: nem tudo é verdadeiro, mas em todo lugar e em todo momento existe uma verdade a ser dita e a ser vista, uma verdade talvez adormecida, mas que está à espera de nosso olhar para aparecer, à espera do nosso trabalho para ser desvelada. A nós, cientistas e profissionais da informação, cabe achar as melhores perspectivas, a abordagem e as tecnologias mais produtivas, pois de todo modo uma aproximação da verdade está sempre presente, aqui e em todo lugar. E é inspirado nas palavras de Foucault que nos

propomos revelar o *tesouro de conhecimentos* da Comunidade Santa Clara, em uma ação de mãos dadas com a ciência pós-moderna e o senso comum.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, Londrina, v.12, especial, 2007.

ARAUJO, V. M. R. H. de. Miséria informacional: o paradoxo da subinformação e superinformação. **Revista Inteligência Empresarial**, Rio de Janeiro, n.7, abr. 2001.

ARAUJO, V. M. R. H. de; FREIRE, I. M. Conhecimento para o desenvolvimento: reflexões para o profissional da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.9, n.1, jan./jul.1999.

BARNES, J. A. Social networks. **Addison-Wesley Module in Anthropology**, v.26, p.1-29, 1972.

BARRETO, A. de A. A oferta e a demanda da informação: condições técnicas, econômicas e políticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v.28, n.2, 1999.

_____. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.8, n.4, out./dez. 1994.

_____. A eficiência técnica, econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.3, 1996.

BEER, F. de. Towards the idea of information science as an interscience. **South African Journal of Libraries & Information Science**, v.71, n.2, p.107-114, 2005.

BIEHL, H. Wersigs sicht der informationswissenschaft. In: **Virtuelles Handbuch Informationswissenschaft**. Saarbrücken: Universität des Saarlandes, 2005. Disponível em: <<http://is.uni-sb.de/studium/handbuch/exkurs4.html>>. Acesso em: 03 abr. 2009.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BROOKES, B. C. The foundations of Information Science. Part. I. Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, v.2, p.125-133, 1980.

BURKE, C. History of Information Science. **Annual Review of Information Science and Technology**, v.41, p.2-53, 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v.1).

CHALAÇA, A. M.; FREIRE, I. M.; MIRANDA, M. L. C. de. O tesouro de conhecimento de um bairro chamado Maré: pessoas como fontes de informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.24, p.92-110, 2º sem., 2007.

FREIRE, G. H. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11, n.1, p.6-19, jan./abr. 2006.

_____. **Comunicação da informação em redes virtuais de aprendizagem**. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 2004. Tese – (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FREIRE, I. M. O desafio da inclusão digital. **Transinformação**, Campinas, v.16, n.2, p.189-194, 2004.

_____. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 2001. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v.15, n.1, p.31-43, jan./abr., 2003.

GUERREIRO, E. P. **Cidade digital**: infoinclusão social e tecnológica em rede. São Paulo: SENAC Editora, 2006.

JOSKETT, D. J. Informática. In: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da Informação ou Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p.9-51

MARTELETO, R. M. Redes sociais: posições dos atores no fluxo da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., p.75-91, 1º sem. 2006.

MARTELETO, R. M.; SILVA A. B de O. e S. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.3, p.41-49, set./dez. 2004.

MITCHEL, J. C. The concept and use of social networks. In: **Social networks in urban situations**: analyses of personal relationships in central African towns. Manchester: Manchester University Press, 1969.

NASCIMENTO, D. S. do. **Exclusão informacional x exclusão social: o caso da Comunidade Santa Clara.** João Pessoa: UFPB, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba.

PEREIRA, L. (Org.). **Populações marginais.** São Paulo: Duas cidades, 1978.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p.1-19, jan./abr. 1995.

QUÉAU, P. Cibercultura e info-ética. In: MORIN, E. (Org.). **A religação dos saberes: o desafio do Século XXI.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (Jornadas Temáticas, 1998)

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.2, n.2, ago. 1988. Disponível em: <http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 fev. 2009.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan./jul. 1996.

SORJ, B. **Brasil@povo.com:** a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília, DF: Unesco, 2003.

RONDELLI, E. **Quatro passos para a inclusão digital.** 2003. Disponível em: <<http://www.icoletiva.com.br>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **The Information Scientist**, v.9, n.4, p.127-140, 1975.

WERSIG, G. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v.29, n.2, p.229-239, 1993.

-
- ⁱ O modelo do trabalho já foi experimentado no bairro da Maré, localizado próximo às principais vias expressas da cidade do Rio de Janeiro. Veja em Chalaça, Freire, Miranda (2006).
- ⁱⁱ Essa característica da *Spezialistentum* também é citada por Santos (1988) ao explicar que na ciência moderna o conhecimento avança pela especialização. “É hoje reconhecido que a excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico faz do cientista um ignorante especializado e que isso acarreta efeitos negativos. Esses efeitos são, sobretudo, visíveis no domínio das ciências aplicadas. Um exemplo disso é que a hiperespecialização do saber médico transformou o doente numa quadrícula sem sentido quando, de fato, nunca estamos doentes senão em geral” (SANTOS, 1988, p. 64).
- ⁱⁱⁱ Segundo moradores da comunidade, em 2002, foi construído uma galeria para escoamento da água da chuva e a pavimentação de duas ruas principais que cortam a comunidade.

Maria Giovanna Guedes Farias

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
E-Mail: giovannaguedes@hotmail.com

Isa Maria Freire

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Cidade Universitária
58.059-900 - João Pessoa - PB - Brasil
Tel.: (83) 3216-7483
E-Mail: isa@dcf.ccsa.ufpb.br